S. R.

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

**REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA**
**12 de julho de 2023**

**Súmula das deliberações tomadas**

## 1. Atos de gestão:

**a)** Deliberado ratificar o Despacho n.º 007/2023/CSTAF, de 15 de junho de 2023, relativo ao procedimento para a nomeação de Presidente para os Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Geográfica de Lisboa e Ilhas.

**b)** Deliberado ratificar o Despacho n.º 009/2023/CSTAF, de 3 de julho de 2023, relativo à prorrogação do prazo para a tomada de posse do Senhor Juiz Conselheiro Álvaro Dantas, na Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo.

**c)** Deliberado ratificar o Despacho n.º 11/2023/CSTAF, de 6 de julho de 2023, relativo à aprovação dos locais de formação para a fase de estágio de 27 auditores de justiça do 8.º Curso de Formação para a Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

**d)** Deliberado ratificar o Despacho n.º 12/2023/CSTAF, de 6 de julho de 2023, relativo à aprovação dos locais de formação para os 27 auditores de justiça do 9.º Curso de Formação para a Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais e à nomeação de novos formadores.

**e)** Deliberado renovar a licença especial concedida ao Senhor Juiz Conselheiro Álvaro António Mangas Abreu Dantas para o exercício de funções de magistrado do Ministério Público na Região Administrativa Especial de Macau.

**f)** Deliberado desligar do serviço o Senhor Juiz Desembargador Hélder da Costa Vieira Bonito, para fins de aposentação/jubilação.

**g)** Deliberado comunicar a Sua Excelência a Ministra da Justiça que é de 35 o número mínimo de vagas que deverá comportar o 11.º curso de formação para magistrados da jurisdição administrativa e fiscal.

**h)** O Conselho tomou conhecimento da informação final enviada pelo Centro de Estudos Judiciários relativa à idoneidade, mérito e desempenho dos 27 Juízes de Direito, em regime de estágio, do 7.º Curso de Formação.

**i)** Deliberado publicitar no *site* do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais o projeto de colocação como juízes de direito em efetividade de funções, como auxiliares, com efeitos a 1 de setembro de 2023 e até ao próximo movimento judicial, ratificar todos os anteriores atos praticados pela Senhora Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais no âmbito do procedimento necessário à colocação dos senhores magistrados oriundos do 7.º Curso de Formação para os TAF e delegar poderes na Presidente deste Conselho Superior para proceder à respetiva nomeação como juízes de direito em efetividade de funções, como auxiliares, e à colocação nos tribunais administrativos e fiscais.

**j)** Deliberado publicitar e fazer circular, entre os Juízes Conselheiros do Supremo Tribunal Administrativo, a intenção de preencher lugares do quadro de inspetores do CSTAF.

**k)** Deliberado proceder à audição dos dois candidatos que apresentaram candidatura à presidência dos Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona de Lisboa e Ilhas. Mais foi deliberado que o exercício provisório das funções de Presidente será assegurado pelo juiz com maior antiguidade em cada um dos tribunais da Zona de Lisboa e Ilhas.

**l)** Deliberado aprovar o mapa de pessoal do CSTAF.

**m)** Deliberado aprovar a minuta de acordo a celebrar entre este Conselho Superior e o Município de Ponta Delgada que transfere, gratuita e temporariamente, para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais os direitos de uso e gozo de bens móveis, devidamente inventariados, para utilização no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

**n)** Deliberado aprovar o Protocolo de colaboração mútua a celebrar entre os Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Centro e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

**o)** Deliberado arquivar uma denúncia.

**p)** Deliberado recomendar a uma Senhora Juíza Desembargadora o tratamento prioritário de um processo.

**q)** Deliberado informar o autor de um pedido para realização de uma inspeção à Unidade orgânica 3 do TAC de Lisboa que, por ora, não se justifica determinar a realização da solicitada inspeção, ficando, contudo, o processo sinalizado neste Conselho Superior.

**r)** Deliberado remeter uma exposição recebida neste Conselho Superior ao Conselho Superior do Ministério Público.

**s)** Deliberado indicar os Senhores Juízes Desembargadores Dr. Joaquim Pereira do Cruzeiro e Dr. Manuel Escudeiro dos Santos para integrarem a lista de árbitros, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 384.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2019/A, de 7 de junho.

**t)** Deliberado:

i) Renovar a nomeação da Senhora Juíza Desembargadora Fernanda de Fátima Esteves para que continue a integrar o Grupo de Trabalho dos Tribunais Administrativos e Fiscais, como representante designada pelo CSTAF, nomeação que se manterá após a tomada de posse como Juíza Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo;

II) Renovar a autorização concedida pelo Conselho para a Senhora Juíza de Direito Célia Marisa Coutinho continuar a integrar o referido Grupo de Trabalho;

III) Renovar a autorização concedida pelo Conselho para o Senhor Juiz de Direito António Diogo Mendes Oliveira continuar a integrar o referido Grupo de Trabalho.

**u)** Deliberado remeter a informação da Senhora Presidente dos Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Centro à Senhora Juíza Conselheira Maria Isabel São Pedro Soeiro, para apreciação em sede de processo inspetivo.

**v)** Deliberado:

I) renovar a nomeação da Senhora Juíza Desembargadora Maria da Conceição de Magalhães Santos Silvestre, como Coordenadora Regional da formação nos tribunais para a Zona Norte, funções que exercerá em regime de acumulação, e com redução em 50% na distribuição de processos e no seu acervo processual, e sem distribuição de processos urgentes e prioritários.

II) reduzir em 50% a distribuição de serviço e do seu acervo processual e sem distribuição de processos urgentes e prioritários à Senhora Juíza Desembargadora Alda Maria Alves Nunes, Coordenadora Regional da formação nos tribunais para a Zona Sul.

**w)** Deliberado renovar as designações como formadores nos tribunais de seis Juízes de Direito.

**2. Disciplina:**

**a)** Deliberado determinar a continuação da suspensão de um processo disciplinar, até que ocorram desenvolvimentos que sejam considerados suficientes para o seu prosseguimento.

Lisboa, 13 de julho de 2023.

A Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Helena Telo Afonso